

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**TVR Nº 1.526, DE 2001**

**(MENSAGEM Nº 1440, DE 2001)**

**Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante na Portaria nº 209, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Martinho Prado júnior a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**RELATOR: Deputado AROLDE DE OLIVEIRA**

**I – RELATÓRIO**

De conformidade com o art. 49, inciso XII, combinado com o § 1º do art. 223, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Submete á consideração do Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato que autoriza a Associação Comunitária Martinho Prado Júnior para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 3 ( três ) anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

Atendendo ao disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, a matéria foi enviada ao Poder Legislativo para a devida apreciação, uma vez que o ato somente produzirá efeitos após a deliberação do Congresso Nacional.

Cumpre-nos, portanto, opinar sobre os aspectos técnicos e formais da matéria submetida ao exame desta Comissão, nos termos do inciso II, alínea “h,” do art. 32 do Regimento Interno.

## **II – VOTO DO RELATOR**

A autorização do Poder Público para a execução de serviço de radiodifusão comunitária é regulada pela Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998. No processo em questão, a Associação Comunitária Martinho Prado Júnior atendeu os requisitos da legislação específicas e foi autorizada para execução do serviço de radiodifusão comunitária na cidade Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

A análise deste processo deve basear-se no Ato Normativo nº 01 de 1999, desta Comissão. Verificando a documentação, constatamos que foram atendidos todos os critérios exigidos por este diploma regulamentar.

O ato de outorga aos princípios de constitucionalidade, especialmente no que se refere aos artigos 220 a 223 da Constituição Federal, e atende às formalidades legais, motivos pelos quais somos pela homologação do ato do Poder Executivo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado **AROLDE DE OLIVEIRA**  
**Relator**

## COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° , DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Martinho Prado Júnior a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

## **O CONGRESSO NACIONAL decreta :**

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 209, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Martinho Prado Júnior a executar, serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 3 ( três ) anos, sem direito de exclusividade, na cidade de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de outubro de 2002

## Deputado AROLDE DE OLIVEIRA

## Relator